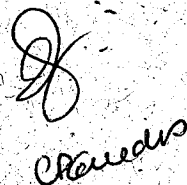
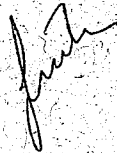
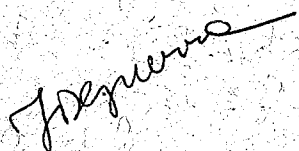
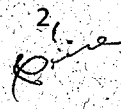


1 Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas,
2 na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração Federal
3 Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito
4 Federal, iniciou-se a vigésima sétima plenária do décimo sétimo plenário do Conselho
5 Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Ana Sandra Fernandes Arcoverde
6 Nóbrega, Célia Zenaide da Silva, Clarissa Paranhos Guedes, Fabián Javier Marin Rueda,
7 Iolete Ribeiro da Silva, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Marisa Helena
8 Alves, Norma Celiane Cosmo, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia Sucupira
9 Pedroza, Rogério Giannini e Rosane Lorena Granzotto. 1. SUGESTÃO LEGISLATIVA
10 (SUG 8/2018) - REGULAMENTAÇÃO DA PSICOTERAPIA COMO PRÁTICA
11 PRIVATIVA DOS PSICÓLOGOS: Cleonice Dornelles da Gerência de Relações
12 Intitucionais (GRI) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) informa o Plenário que a
13 Comissão de Direitos Humanos do Senado designou a senadora Martha Suplicy para ser
14 relatora dessa sugestão legislativa e ela, Martha Suplicy, deu um parecer pela rejeição. Assim
15 a SUG 8/2018 foi arquivada. 2. DIÁLOGO DIGITAL SOBRE O COACHING: Júnia
16 Maria Campos Lara pontuou que a produção desse diálogo digital sobre Coaching foi
17 deliberado pela APAF. Ela informa que no dia 12 de março de 2019 será publicada uma
18 nota sobre coaching. Que após isso a equipe da Assessoria de Comunicação do Conselho
19 Federal de Psicologia (CFP) irá acompanhar e medir o comportamento da categoria em
20 relação à nota. Logo depois da publicação da nota será veiculada a realização do Diálogo
21 Digital, que acontecerá no dia 28 de março de 2019, das 15 às 17 horas no CFP, sendo ela,
22 Júnia Maria Campos Lara, a mediadora e Luiz Eduardo Valiengo Berni e Aluizio Lopes de
23 Brito os debatedores. Júnia Maria Campos Lara destaca que é um tema que todos do
24 plenário devem estar bem atentos à reação da categoria. 3. SITUAÇÃO EM
25 BRUMADINHO - MG: Júnia Maria Campos Lara informa que esteve em Brumadinho,
26 representando a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP),
27 que, em parceria com Joari Aparecido Soares de Carvalho da Comissão de Emergências e
28 Desastres do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais - CRP 04, fizeram três
29 oficinas, uma delas com mais de cem participantes. Júnia Maria Campos Lara destaca a
30 importância do trabalho da Psicologia em Brumadinho, uma vez que após o desastre a
31 população está bem fragilizada e sofrida, em situação de muita calamidade. Miraci Mendes
32 apresenta ao Plenário uma demanda que chegou pelo Conselho Regional de Psicologia de
33 Minas Gerais (CRP 04) em conjunto com um ofício da vereadora de Brumadinho,
34 Alessandra Cristina de Oliveira, também psicóloga, já aprovado na Câmara da cidade. Eles
35 pleitearam que o Conselho Federal e Conselho Regional de Psicologia isentem os(as)
36 psicólogos(as) que estão atuando em Brumadinho, no auxílio às vítimas da tragédia, da
37 anuidade de 2019. Miraci Mendes destaca que esse ponto já foi discutido na reunião de
38 diretoria e pensaram em criar uma resolução para dar andamento a essa isenção, mas que
39 para isso, antes, o CFP teria que fazer um parecer jurídico de legalidade e viabilidade. Miraci

40 Mendes informa que estão registrados no Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais
41 (CRP 04) cinquenta e quatro psicólogos e destaca que para proceder a essa isenção, precisam
42 ser elaborados vários critérios a serem seguidos para comprovar quais psicólogos estão
43 elegíveis para essa isenção. Clarissa Paranhos Guedes está de acordo com a isenção,
44 considerando que o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP 04) já se
45 manifestou a favor, e isso impactaria diretamente o orçamento dele, mas destaca que é
46 necessário certo cuidado com a demanda da Câmara, para não abrir precedentes para novas
47 reivindicações. Marisa Helena Alves comenta sobre as ações adotadas pelo Ministério da
48 Saúde no acontecimento de Brumadinho e destaca que os cinquenta e cinco psicólogos são
49 os que estão cadastrados no CRP 04, mas que a Valle contratou mais psicólogos para atuar
50 na região. Rogério Giannini indaga sobre quem deve ser beneficiado com essa isenção de
51 anuidade: os psicólogos atingidos, os que moram na região, os que estão trabalhando na
52 região? Ele acha pertinente que um parecer da assessoria jurídica subsidie essa decisão.
53 Encaminhamento: a) fazer um Diálogo Digital sobre Emergências e Desastres, b) Jurídico
54 elaborar um parecer sobre legalidade da isenção da anuidade para as(os) psicólogas(os)
55 envolvidos no desastre de Brumadinho, bem como quantidade de pessoas e outras
56 possibilidades. c) Enviar, agora, um ofício ao CRP 04 informado que o ponto foi discutido
57 pela plenária e que estamos aguardando um parecer do jurídico para dar nosso
58 posicionamento. d) pautar esse ponto para a próxima plenária com subsidio do parecer do
59 jurídico. 4. CURSOS EAD: Regina Pedrosa pediu a palavra para dar um informe sobre
60 Reunião do Conselhinho realizada no Conselho Federal de Farmácia, no dia 21 de fevereiro
61 de 2019, onde foi levantada a problemática dos cursos de Ensino à Distância (EAD), que
62 vem crescendo bastante nos últimos anos. A oferta cresceu em duzentos e sessenta e três por
63 cento de 2017 até 2019. Regina Pedrosa destaca que ainda não existe nenhum curso EAD
64 para Psicologia, mas já existem cursos credenciados. A representante do Ministério da
65 Saúde, presente na reunião mencionada, Maira Pinheiro, disse que o Ministério está
66 avaliando o que deve ser feito em relação aos cursos EAD para áreas da saúde e disse
67 também que será criada uma seleção de profissões para compor a "Carreira da Saúde", que
68 será lançada dentro do Programa Saúde Brasil, que está sendo criado pelo governo. Regina
69 Pedrosa informou que a Psicologia não está listada nessas profissões da área de saúde, nesse
70 primeiro momento. Regina Pedrosa destaca a importância de o Conselho se articular e tentar
71 retirar os cursos da área da saúde da lista de permissão para realização de cursos com por
72 cento à distância. 5. NOTA DE APOIO AO CONANDA: A conselheira Iolete Ribeiro da
73 Silva informou que estava agendada a plenária do CONANDA (Conselho Nacional dos
74 Direitos da Criança e do Adolescente) para o mês de fevereiro e ela foi adiada para o mês de
75 março, para dar posse aos novos conselheiros. Ela informa que como as pessoas já haviam se
76 programado para estarem presentes na plenária que não aconteceu, elas se reuniram no
77 Conselho Federal de Psicologia, no dia 19 de fevereiro de 2019, e produziram uma nota de
78 apoio ao CONANDA onde se destaca a importância do mesmo e a obrigatoriedade de o



Clarissa



79 governo dar condições para os conselhos funcionarem. Frente ao exposto Iolete Ribeiro da
80 Silva pede que o Conselho Federal de Psicologia assine a carta. Encaminhamento: o
81 plenário aprovou que o CFP assine a nota de apoio ao Conanda. 6. FRENTE NACIONAL
82 DROGAS E DIREITOS HUMANOS: Clarissa Paranhos Guedes informa que a Frente
83 Nacional Drogas e Direitos Humanos tem se rearticulado e vão realizar um evento da Frente
84 no Conselho Federal de Psicologia (CFP): no dia 12 de abril de 2019 será uma reunião com
85 as organizações que compõem a Frente e no dia 13 de abril de 2019 haverá um Seminário.
86 Clarissa Paranhos Guedes diz que eles pretendem trazer alguém do Uruguai para fazer a
87 cerimônia de encerramento do seminário, que deverá ser transmitida on line, para apresentar
88 as mudanças da política de drogas naquele país e os efeitos disso após essas mudanças. 7.
89 REVISTA PCP - FLUXO CONTÍNUO: Pedro Paulo Bicalho informa ao plenário que a
90 partir de 2019 a Revista Ciência e Profissão será de fluxo contínuo, ou seja, não serão mais
91 publicadas quatro ou cinco edições num ano, mas sim, apenas uma única edição do ano todo.
92 Com isso a revista deixa de ser impressa em seus números regulares, ficando mantida a
93 impressão apenas para os números temáticos. A primeira edição temática de 2019 será sobre
94 Segurança Pública e Sistema Prisional que será lançada no dia 14 de março de 2019, dia em
95 que acontecerá um Diálogo Digital sobre Psicologia e Segurança Pública. Essa data foi
96 escolhida porque é quando completa um ano do assassinato da Marielle Franco. 8.
97 CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA MULHER: Jureuda Duarte Guerra informou
98 que a Plenária do Conselho Nacional De Direitos da Mulher que aconteceria em fevereiro
99 não aconteceu e que ela foi remarcada para os dia 6 e 7 de abril de 2019. 9. APROVAÇÃO
100 DAS ATAS DA 25ª PLENÁRIA - 07 A 09.12.18: Pedro Paulo Bicalho pergunta se algum
101 conselheiro tem alguma sugestão de alteração. Iolete Ribeiro da Silva informa que enviou
102 algumas alterações e Pedro Paulo Bicalho informa que as alterações foram recepcionadas.
103 Encaminhamento: Ata aprovada pelo plenário. 10. APROVAÇÃO DAS ATAS 26ª
104 PLENÁRIA - 25 E 26.01.19: Pedro Paulo Bicalho pergunta se algum conselheiro tem
105 alguma sugestão de alteração. Nenhum conselheiro se manifestou. Encaminhamento: Ata
106 aprovada pelo plenário. 11. NOME DO LIVRO EM ALUSÃO À RESOLUÇÃO 01/99 E
107 01/18: Pedro Paulo Bicalho inicia a fala pontuando que esse livro está sendo construído pela
108 Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Propõe ao
109 Plenário uma discussão sobre a nova proposta de título do livro, conforme encaminhamento
110 da Plenária de janeiro de 2019. Fabián Rueda pediu que, antes de avaliarem o nome do livro,
111 que eles pudessem reavaliar o seu lançamento, programado para dia 18 de junho de 2019,
112 uma vez que esteve numa reunião do FENPB (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia
113 Brasileira) e que todas as entidades, após diversas ponderações, se posicionaram em não
114 assinar o livro com o CFP. Na opinião de Fabián Rueda, lançar um livro assinado
115 exclusivamente pelo Conselho Federal de Psicologia e no final do mês de junho, não é uma
116 ação adequada. Fabián Rueda destaca que apoia a publicação e concorda com a importância
117 do tema, mas acha que seu lançamento deve ser reavaliado. Júnia Lara e Iolete Ribeiro da



118 Silva concordaram com a opinião do Fabián Rueda e pedem para o plenário reavaliar a
119 questão do lançamento do livro, para que o Conselho Federal de Psicologia não se exponha
120 desnecessariamente. Rogério Giannini contou um pouco como foi a reunião do FENPB
121 (Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira) que aconteceu no dia 21 de
122 fevereiro de 2019 e explicou que as entidades presentes nessa reunião tiveram entendimento
123 distinto sobre o livro. Rogério Giannini destaca que nesta reunião resgatou o real intuito do
124 livro e por fim avaliou que essa obra voltaria a ser uma publicação do Sistema Conselhos,
125 sob a responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de
126 Psicologia. Encaminhamento: Pautar a publicação do livro para a plenária de março, para
127 que esse ponto seja discutido na presença da Ana Luiza Castro (presidente da Comissão de
128 Direitos Humanos do CFP) e do Paulo Maldos. 12. RESOLUÇÃO CRP 01 N° 008/2018:
129 Rosane Granzotto diz que chegou uma queixa sobre a resolução que o Conselho Regional de
130 Psicologia do Distrito Federal (CRP 01) fez, N° 008/2018, para regulamentar a Prática do
131 Atendimento Psicológico On Line, e destacou o ponto da resolução que cobra uma taxa de
132 cadastro para fazer esse tipo de atendimento, além da anuidade. Rosane Granzotto diz que a
133 GTEC (Gerência Técnica do CFP) fez um levantamento e deu um parecer sobre a legalidade
134 dessa resolução. Rosane Granzotto leu para o plenário o Parecer elaborado pela GTEC,
135 destacando cada um dos pontos que consideraram não estar de acordo com as legislações que
136 regem o Sistema Conselhos. João Diego Rocha Firmiano da Assessoria Jurídica do CFP
137 (GJUR) fala que o CRP não foi contatado para se posicionar sobre as determinações postas
138 nesta resolução. Ele recomenda que o CRP 01 seja contatado a se pronunciar, e apenas
139 depois dessa manifestação, o CFP envie seu parecer final. Miraci Mendes esclarece que
140 existem duas demandas sobre essa resolução. Uma vinda do contato de um psicólogo via
141 Ouvidoria reclamando sobre a cobrança da taxa; e uma outra vinda do próprio CRP 01
142 solicitando um posicionamento do CFP sobre a legalidade da cobrança dessa taxa.
143 Encaminhamentos: a) Solicitar análise da Gerência Jurídica do parecer emitido pela
144 Gerência Técnica, especialmente sobre a previsão de taxa de cadastro administrativa e de
145 renovação para prestação de serviços psicológicos por TICs, por parte do Conselho Regional
146 de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01) b) Pautar novamente esse ponto para a próxima
147 plenária, para que seja avaliado o parecer do jurídico. d) Após parecer da Gerência Jurídica
148 e alinhamento com a Coordenação Geral, solicitar que o CRP 01 explique a motivação da
149 publicação da Resolução. 13. SOLICITAÇÃO DE PARECERES PELA SECRETARIA
150 NACIONAL DO CONSUMIDOR: Camila Dias da GTEC faz um breve resumo sobre o
151 histórico da parceria do CFP com a SENACON (Secretaria Nacional do Consumidor).
152 Camila Dias destaca que recentemente o CFP foi contatado pela SENACON solicitando
153 parecer sobre quatro situações publicitárias destinadas ao público infantil e uma destinada ao
154 público feminino, que eles consideram abusivas. Camila Dias da GTEC indaga o Plenário
155 sobre o interesse em continuar com esse convênio e/ou outra maneira de lidar com essa
156 demanda. Rogério Giannini expõe que, para ele, esse tipo de parecer está fora da alçada do

157 CFP. Iolete Ribeiro da Silva reforça que a proibição ou restrição sobre a publicidade
158 destinada ao público infantil deve ser regulamentada e fiscalizada pelo governo.
159 Encaminhamento: Responder à SENACON que o convênio foi finalizado e que não
160 manifestamos interesse em renovar, porque avaliou-se que esse tipo de atividade não está
161 dentro do escopo das atribuições do CFP, e ainda que, não temos uma rede de especialistas
162 para fazer esse tipo de avaliação. 14. PROCESSO ÉTICO ABRIL 2019: O processo ético
163 576600020.002296/2018-73, oriundo do CRP-03 foi destinado a Paulo Maldos; o processo
164 ético 576600020.002330/2018-18, oriundo do CRP-03, foi destinado a Marcia Badaró; o
165 processo ético 576600020.002373/2018-95, oriundo do CRP-12, foi destinado a Andréa
166 Esmeraldo; o processo ético 576600020.002374/2018-30, oriundo do CRP-12, foi destinado
167 à Sandra Spósito; o processo ético 576600020002440/2018-71, oriundo do CRP-07; foi
168 destinado a Rosane Granzotto; o processo ético 576600020.001914-2018-68, oriundo do
169 CRP-12, foi destinado a Daniela Zanini. 15. PROCESSO ÉTICO ABRIL 2019: Júnia
170 Lara informa que ela será relatora do processo ético 576600020.002651/2018-12, oriundo do
171 CRP-14. A plenária foi encerrada às 16h20. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo
172 Gastalho de Bicalho, Conselho-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os
173 presentes apena nomeados e referenciados.

Almeida
Maia
Clarissa P. Queiroz
Jurruich
Jurruich Duante Queiroz
Paula Z. de Jesus
PPA
Rafael Queiroz
Leandro B